



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 09/02/2023 NA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG).

Assunto: Combate ao Feminicídio.

Aos nove (09) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três (2023), na sala de reunião da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, às sete horas e quarenta e cinco minutos (07h45), ocorreu Audiência Pública, proposta pelo vereador Edmilson Bispo, para discutir sobre: o Combate ao Feminicídio. Foram convidados e participaram da Audiência: Aurindo José Ribeiro (Secretário de Desenvolvimento Social), Dra. Karine Maia (Delegada Titular da Delegacia da Mulher) e o Dr. Herivelton Ruas Santana (Delegado Regional da Polícia Civil). O Dr. Herbert Alcântara Ferreira (Presidente da Subseção da OAB de Montes Claros) foi convidado e enviou como representante pela Dra. Graciete Afonso Prioto de Castro (Vice-presidente da Subseção da OAB de Montes Claros). Também compareceram e participaram: Dr. Bruno Rezende (Delegado Titular da Delegacia de Homicídios), Tatiane Lopes (Representante do CRAM), Leninha (Deputada Estadual), que participou de forma remota e a Dra. Renata Andrade (Promotora de Justiça). Também foram convidados, mas não compareceram: Humberto Souto (Prefeito de Montes Claros), Dr. Marcelo Freitas (Deputado Federal), Gil Pereira (Deputado Estadual), Guilherme Guimarães Souto (Vice-prefeito de Montes Claros), Wilson Medeiros Pereira (Juiz Diretor do Fórum da Subseção da Justiça Federal de Montes Claros) e Fernanda Lopes (Coordenadora do CRAS Central). O vereador Edmilson Bispo, proponente da Audiência pública, relatou que muitos fogem do debate sobre a violência contra a mulher, que a lei de feminicídio, aprovada há 12 anos, aponta avanços, mas ainda há muitos desafios relacionados ao enfrentamento da violência contra a mulher. O vereador apresentou dados de relacionados à violência contra a mulher no Brasil e em Minas Gerais, estado em que mais mulheres são mortas pelos companheiros ou ex-companheiros. Disse que esses crimes normalmente ocorrem no local onde as mulheres deveriam ter mais segurança, dentro de suas próprias casas, e são cometidos por que deveria protegê-las. Falou sobre a Lei 13.718, que torna o assédio crime. Disse que a luta por respeito, qualidade de gênero e justiça é de todos nós e que levanta a bandeira de defesa da mulher. A Dra. Karine destacou que o feminicídio é um homicídio qualificado, que quando consumado é investigado pela Delegacia de Homicídios e quando tentado pela Delegacia da Mulher. Disse que apesar dos números em Montes Claros não serem altos, os poucos casos registrados na cidade representam uma preocupação. Falou que a violência doméstica é um problema cultural e que por isso não pode ser combatida apenas com a atuação da polícia e do judiciário, mas também por meio de políticas públicas capazes de modificar a cultura e a mentalidade da população. Destacou a importância do trabalho



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

realizado pelas delegacias de mulheres e das medidas protetivas. O Dr. Herivelton relatou que a Polícia Civil vem realizando um trabalho árduo para combater a violência contra a mulher. Disse que barreiras legais fazem o processo ser demorado e geram um sentimento de impunidade que acaba encorajando os criminosos. Colocou a Polícia Civil a disposição da sociedade montes-clarense e norte mineira. Destacou as conquistas alcançadas pelo trabalho da Polícia Civil relacionadas ao combate da violência contra as mulheres. O Dr. Bruno Rezende reforçou que a violência contra a mulher é um problema endêmico e cultural e que o Brasil, infelizmente, é destaque mundial na violência contra a mulher. A Sra. Tatiane Lopes falou sobre a atuação do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (CRAM). A Deputada Estadual Leninha destacou que não se pode construir políticas de combate à violência contra as mulheres sem a participação feminina. Falou sobre a importância dos movimentos sociais organizados e das instituições para a redução dos casos de violência contra as mulheres. O Sr. Aurindo José Ribeiro também falou sobre o CRAM, órgão subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Social, e ressaltou a importância da conscientização e de se informar a população sobre a rede de apoio em defesa das mulheres presente no município. A Dra. Renata Andrade falou sobre a sua vivência diária no atendimento às vítimas. Disse que 90% das vítimas de feminicídio não tinham medidas protetivas e que devemos incentivar as vítimas a buscar ajuda da polícia e do poder judiciário. Colocou-se a disposição de todas as vítimas. A Dra. Graciete Prioto falou sobre a atuação da OAB assistindo mulheres vítimas de violência. De um modo Geral, o público lamentou a falta de representantes de determinadas organizações da sociedade civil e de uma maior representação feminina entre as autoridades que foram convidadas para compor a mesa. A participação do público contou com o pronunciamento de várias mulheres, incluindo uma vítima de violência doméstica. Também participaram alguns homens, dentre eles, um familiar de uma vítima de feminicídio que, com base em sua experiência, sugeriu medidas para melhorar o atendimento prestado pela polícia e pelo judiciário às mulheres vítimas de violência. O público também ressaltou a necessidade da participação das mulheres na construção de alternativas que vise combater a violência contra as mesmas. A vereadora Graça da Casa do Motor apresentou dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que apontam que houve um aumento no número de feminicídios do primeiro semestre de 2021 para o primeiro semestre de 2022, fato que justifica a necessidade de políticas públicas voltadas para o tema. A vereadora Iara Pimentel disse que mulheres são mortas por serem mulheres e que 70% das mulheres vítimas de violência nunca chegaram a denunciar. Destacou a ausência de políticas públicas para assistir essas mulheres. A vereadora lamentou ausência de representantes de movimentos populares e de mulheres na câmara. A vereadora Ceci Protetora chamou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

atenção para a falta de referência aos bissexuais, transexuais e as lésbicas durante a audiência. O vereador Valdecy Contador ressaltou o papel dos líderes religiosos, do aconselhamento e das denúncias para combater a violência contra as mulheres. O vereador Rodrigo Cadeirante destacou a importância da mulher na sociedade e questionou se as medidas protetivas são de fato eficazes para proteger as mulheres vítimas de violência. O vereador Stálin Cordeiro disse que os futuros agressores de mulheres são formados no seio da própria família e que para solucionar o problema é necessário investir em políticas públicas que ensinem as crianças como as mulheres devem ser tratadas. A vereadora Maria Helena Lopes relatou já ter sofrido violência política e assédio nas redes sociais. Destacou a importância das mulheres se apoiarem, independente de filiações político-partidárias. O vereador Daniel Dias relatou ter participado de várias propostas e proposições relacionadas as mulheres. Disse que o discurso de ódio favorece a prática da violência. De um modo geral, todos os vereadores defenderam a necessidade de punição aos criminosos que atentam contra as mulheres e se colocaram a disposição da população. O presidente da Câmara, vereador Júnior Martins, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência. Nada mais havendo, lavrou-se esta ata.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 09 de fevereiro de 2023.